

## LEGISLATIVO

## Orçamento fica para depois

Lira prevê votação na próxima semana, após apreciar vetos presidenciais e garantir Fundo Eleitoral de R\$ 5,7 bilhões

» JORGE VASCONCELLOS  
» CRISTIANE NOBERTO

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o Congresso deve votar o Orçamento de 2022 na próxima semana, após a análise de 29 vetos presidenciais, agendada para amanhã. Apesar do otimismo do deputado, porém, ainda não há acordo em torno do veto que barrou o aumento do Fundo Eleitoral de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões, o que pode atrasar ainda mais a votação da peça orçamentária.

“Na sexta-feira, tem os vetos pela manhã; a votação do Orçamento na Comissão (Mista de Orçamento), num cronograma com o Senado, à tarde e à noite; e a possível votação do orçamento na segunda ou terça-feira”, disse Lira. “Nós precisamos dos vetos para completar o relatório do orçamento, pelo relator-geral e pelos relatores setoriais”, frisou.

Segundo o parlamentar, a votação do Senado para escolha de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), ocorrida na terça-feira, acabou atrasando a apreciação dos vetos, que precisa ocorrer antes da votação do Orçamento.

Mas os motivos desse atraso vão além. Embora apoie o Plano, o Centrão, do qual Lira faz parte, decidiu paralisar as votações enquanto não houver um acordo pela derrubada do veto que barrou o aumento dos recursos do Fundo Eleitoral. Essas verbas, que são públicas, vão financiar as eleições de 2022. “Acho que não será apreciado. Não há acordo”, disse ao **Correio** o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-RJ), sobre a falta de consenso em torno desse veto.

Na última segunda-feira, em

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados



Arthur Lira (PP-AL) comanda a sessão na Câmara: Fundo Eleitoral e emendas parlamentares estão no centro das negociações

razão desse impasse, o Centrão obstruiu a sessão do Congresso e fez a reunião ser cancelada. Com isso, deputados e senadores deixaram de votar um projeto que abre crédito adicional de R\$ 300 milhões no Orçamento 2021 para conceder um auxílio-gás a famílias carentes a partir deste ano.

Além do Fundo Eleitoral, o Centrão está atendo aos possíveis impactos da votação dos vetos na definição dos recursos de emendas parlamentares no Orçamento de 2022.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, para o

próximo ano, R\$ 10,5 bilhões para emendas impositivas individuais e R\$ 5,7 bilhões para as de bancada estadual com execução obrigatória.

No entanto, a principal polêmica foram as emendas do relator, classificadas como RP9, para as quais o relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), destinou R\$ 16,2 bilhões, valor pouco inferior à dotação deste ano, de R\$ 16,8 bilhões.

“O negócio é a preocupação com essas emendas do relator, do orçamento secreto. A preocupação, agora, é a seguinte: qual é

o impacto da derrubada de vetos no Orçamento para se ter certeza sobre o quanto sobra para as emendas”, disse ao **Correio** um líder oposicionista, sob condição de anonimato.

Já um deputado de um dos partidos do Centrão afirmou que os parlamentares da base se interessam pelas emendas do relator porque a destinação das verbas é bem mais ágil. “Se você fizer programas do governo, a burocracia leva dois, três, quatro, cinco anos para sair. E esse dinheiro, não. Em alguns casos, vai direto para o

município, ou vai para o estado. É maior a rapidez, é fundo a fundo isso”, destacou o parlamentar, reservadamente, à reportagem.

Segundo ele, “isso faz parte do jogo democrático”. “A oposição se beneficia em criticar e bater, e quem está na base tem de levar obras, tem de levar benefícios, infelizmente, é assim”, ressaltou. “Até o prefeito, ele beneficia o vereador que está na base dele. Isso é do jogo democrático. Sempre vai ser assim; é do ser humano. Se você cuida de mim, eu cuido de você.”

## Câmara define PEC

» ISRAEL MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, de forma definitiva, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que abre uma folga de R\$ 106,1 bilhões no Orçamento da União em 2022 e servirá para pagar o Auxílio Brasil. Os parlamentares aprovaram o texto com 332 votos a favor e 141 contra. A promulgação da PEC está marcada para as 14h de hoje, em sessão solene no Senado Federal.

Os deputados mantiveram a maior parte das alterações feitas pelo relator do texto no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE). Entre as mudanças mantidas está o trecho que torna o Auxílio Brasil em programa de transferência de renda permanente. Também ficou mantida a obrigatoriedade de utilizar em programas sociais todo o espaço fiscal aberto pela PEC dos Precatórios.

Com a aprovação em segundo turno, a PEC dos Precatórios é tema superado no Congresso. A oposição se posicionou contra o texto, que chamou de ‘PEC do Calote’. Antes da votação em segundo turno, o PSol chegou a apresentar um requerimento de retirada de pauta, mas o pedido foi rejeitado. “Essa PEC nasce como uma tentativa do governo e da sua Base de irrigar recursos do chamado ‘orçamento secreto’, emendas de relator”, acusou o deputado Glauber Braga (PSol-RJ).

## JUDICIÁRIO

## Mendonça amplia avanço de Bolsonaro no STF

» LUANA PATRIOLINO

André Mendonça toma posse hoje como ministro do Supremo Tribunal Federal envolto em mistério. Os integrantes da mais alta Corte de Justiça têm dúvidas se ele vai atuar como o “terrivelmente evangélico” de Bolsonaro ou como um ministro técnico. Apesar de afirmar que defenderia um Estado laico, Mendonça deixou claro suas inclinações religiosas assim que teve o nome aprovado pelo plenário do Senado. À ocasião, o ex-advogado-geral da União parafraseou o astronauta Neil Armstrong ao dizer que sua chegada ao Supremo é “um passo para um homem, um salto para os evangélicos”.

Nos próximos meses, o novo integrante da Corte terá oportunidade para deixar claro seu perfil. Mendonça herdará 991 processos que estavam sob relatoria de Marco Aurélio Mello e deverá participar de julgamentos controversos, como o bloqueio de

perfis de apoiadores do governo nas redes sociais, a prisão após condenação em segunda instância e os direitos LGBTQIA+.

## Marco temporal

Em dos dos processos, Mendonça dará o voto de desempate no julgamento que analisa se detentas transexuais e travestis têm direito de optar por cumprir a pena em presídios masculinos ou femininos. A ação foi apresentada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros. O caso foi encaminhado ao plenário virtual do Supremo, e o julgamento foi suspenso após empate em 5 a 5. O presidente do STF, Luiz Fux, aguardava a nomeação do 11º ministro para marcar a data de retomada da votação, que deverá ser incluída no calendário de 2022.

Mendonça também vai participar de votações de interesse do governo Bolsonaro, como o marco temporal para demarcação

de terras indígenas e a derrubada dos decretos de flexibilização armamentista.

O presidente Jair Bolsonaro jamais escondeu o apreço por Mendonça, até nos momentos em que a nomeação do ex-ministro ao STF era uma dúvida em Brasília. Bolsonaro segue apostando todas as fichas no seu indicado para garantir pautas de interesse do governo. Ontem, o chefe do Executivo voltou a criticar o novo marco temporal e afirmou que a medida “nem era para ser discutida” pelo Supremo.

O presidente confirmou presença na cerimônia de posse do novo ministro. A equipe médica da Presidência também enviou um teste com resultado negativo para covid-19. O diagnóstico negativo para infecção pelo coronavírus é uma exigência para entrada nos prédios da Corte, como previsto na resolução 748/2021 do STF, que dispõe sobre as regras para conter a disseminação do novo coronavírus.

Alan Santos/PR



Bolsonaro e Mendonça: confiança do presidente no Supremo

## Perfil

## Da AGU para o Supremo

Natural de Santos (SP), André Mendonça é pastor presbiteriano licenciado e servidor público federal. Tem 48 anos. É doutor em Estado de Direito e Governança Global e mestre em Estratégias Anticorrupção e Políticas de Integridade pela Universidade de Salamanca, na Espanha.

Mendonça é próximo de ao menos um integrante do STF, o ministro Dias Toffoli. Entre 2007 e 2009, Mendonça trabalhou com Toffoli quando este chefiava a Advocacia-Geral da União (AGU).

No governo Bolsonaro, Mendonça comandou a AGU, além do Ministério da Justiça. Como chefe dessa pasta, foi acusado de utilizar a Lei de Segurança Nacional para intimidar críticos do presidente da República.

Mendonça é o segundo ministro do Supremo indicado por Jair Bolsonaro. O primeiro é Kassio Nunes Marques, empossado em novembro.

Tem sempre uma obra perto de você.

Viaduto do Recanto das Emas

